

“Revolução” no ensino gaúcho acaba em pancadaria

ARTHUR HERDY
DA AJC

Porto Alegre — A menos de dois meses das eleições municipais, a “revolução no ensino gaúcho” proposta pela secretária de Educação, Neuza Canabarro, também primeira-dama do Estado, acabou literalmente em pancadaria. Cerca de 60 pessoas — entre pais, alunos e professores — fizeram uma passeata no centro da cidade contra o Calendário Rotativo, que prevê três inícios diferentes do ano letivo e terminaram a manifestação na Diretoria de Divisão Escolar (DDE), onde foram recebidos a socos pela segurança.

O grupo da Escola Estadual Santa Rosa protestava pela falta de professores do Calendário B, cujas aulas começaram em maio. Os professores e alunos queriam entregar à diretora da DDE, Rejane Toledo, uma moção elaborada em uma assembleia dos pais realizada no sábado passado, quando foi aprovada a paralisação da escola. Os pais alegam que decidiram suspender as aulas porque, desde maio, a escola não conta com professores suficientes para atender a todas as turmas.

Na porta da DDE, os manifestantes foram barrados com violência pelos seguranças mobilizados pela Secretaria da Educação. Gustavo Britto Pereira, 16 anos, aluno da 6ª série do quadro do Calendário B, levou um soco. Já o professor de História Euzébio Assunção, membro da comissão que buscava solucionar o problema, foi proibido de entrar no prédio e ainda agredido pelo segurança Luís Carlos Silva. Revidou, dando origem à troca de socos e ponta pés.

Rotativo — O Calendário Rotativo é o principal projeto da administração do governador Alceu Collares. O sistema foi colocado em prática pela secretária e primeira-dama Neuza Canabarro. Mas desde o princípio, o que a secretária chama de “revolução no ensino” sofreu

forte rejeição dos pais, alunos, professores e dos políticos.

A proposta consiste no seguinte: são três inícios diferentes do ano letivo, com quatro meses de aulas, dois de férias e mais quatro de aulas. Bem diferente do calendário único adotado em todo o País. O Calendário A iniciou as aulas no dia 9 de março e termina em 5 de janeiro de 1993. O “B” começou no dia 4 de maio e se estende até 3 de maio de 1993 e, o “C”, começou no dia 13 de julho, debaixo de muitas críticas.

O vice-presidente do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpres), Eliezer Pacheco, contesta as declarações da secretária Neuza Canabarro, de que o sistema foi implantado para absorver 300 mil alunos excedentes e que estavam fora da escola.

Para ele, “está havendo uma improvisação da Secretaria de Educação. ‘Tudo não passa de uma grande irresponsabilidade de quem não hesita em fazer experiências de eficácia duvidosa, utilizando estudantes como cobaias’”, acrescentou o diretor do maior sindicato do País.

Os políticos também criticam o projeto de Neuza Canabarro. O deputado Flávio Koutzii (PT) acha “desnecessário, inoportuno e truculento”.

O prefeito de Santana do Livramento, Glênio Peres, sugere a destituição imediata da secretária. “Que ela se recolha às tarefas eminentemente beneficentes, onde seguramente se haverá de forma menos desastrosa”, afirma o pedetista. O Diretório Regional do PDT de Livramento considerou-a “persona non grata”.

O deputado federal Celso Bernardi (PDS), ex-secretário estadual de Educação e presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, afirma que a aplicação do Calendário Rotativo “é uma aventura de risco que, ao invés de buscar a convivência com a comunidade escolar, despreza”.



O professor Assunção foi agredido pelo segurança Silva na manifestação contra o calendário rotativo

Mauro Vieira/ZH